

**FOLHA DE ROSTO**

**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 29/2023**

Data da fase de lances: 30/11/2023, das 8h às 14h  
no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**Objeto:**

Aquisição de aparelho Iphone 14 Pro Max, para atender às necessidades do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, conforme especificações e quantidades previstas no Termo de Referência (anexo II) do Aviso de Dispensa.

**Valor Total Estimado para:**

**R\$ 9.766,32 (nove mil setecentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos )**

Dispensa	Aquisição imediata	INSTRUM. CONTRATUAL	FORMA DE ADJUDICAÇÃO
Art. 75, II da Lei 14.133/2021	SIM	NOTA DE EMPENHO	MENOR PREÇO POR ITEM

**Documentação Obrigatória (VEJA OS ITENS 6 E anexo I do Aviso de Dispensa)\***

**Requisitos Básicos:**

- Sicafe ou os documentos equivalentes
- Catálogo ou prospectos dos produtos
- Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
- Certidão do Portal da Transparência
- Declarações previstas no anexo I do Aviso de Dispensa

\*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado no item do instrumento convocatório acima indicado.

Contratação Exclusiva ME/EPP?	Exige Amostra?	Prazo de entrega
SIM	NÃO	Até 30 dias, contados da data do recebimento da Nota de Empenho

**Prazo para envio da proposta após fase de lances:**

Até 02 (duas) horas a contar a solicitação via sistema

**Pedidos de esclarecimentos**

Enviar mensagem para o endereço [licitacoes@trt19.jus.br](mailto:licitacoes@trt19.jus.br)

**Observações Gerais**

- Os fornecedores estarão sujeitos às sanções dispostas no item 8 pelo descumprimento das exigências dispostas neste aviso.
- A assinatura dos documentos será por meio de certificado digital.
- DATA E HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 30/11/2023, DAS 8H ÀS 14h

**Lote único**

Item(ns)	Descrição	Qtd	Média/Valor Unitário(R\$)	Valor Total Estimado(R\$)
1	Iphone 14 Pro Max - Cor: Preto Espacial - Capacidade: 512GB. Características detalhadas no item 1.1 do Termo de Referência	1	9.766,32	9.766,32

**VALOR ESTIMADO PARA A AQUISIÇÃO >>>> R\$ 9.766,32**

Acompanhe as dispensas eletrônicas do TRT19 pelo endereço [www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br), selecionando as opções Contratações > Filtros > Modalidade da compra > Dispensa de licitação> Unidades compradoras> 080022 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª.REGIÃO. O Aviso de Dispensa e outros anexos estão disponíveis pra download também no endereço [www.trt19.jus.br](http://www.trt19.jus.br), opção Transparência – Licitações – Dispensas Eletrônicas.

## AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 29/2023

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, por meio da Secretaria de Licitações e Contratos, realizará Dispensa Eletrônica (DE), com critério de julgamento de menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

**DATA E HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 30/11/2023, DAS 8H ÀS 14h**

Link: <https://www.gov.br/compras/>

### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. O objeto do presente aviso é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição do aparelho **iPhone 14 Pro Max - Cor: Preto Espacial - Capacidade: 512GB**, para atender às necessidades do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, por dispensa de licitação fundamentada no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e no Termo de Referência (Anexo II) e demais anexos.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e as especificações técnicas constantes deste termo, prevalecerão estas últimas.

1.3. A contratação é pela adjudicação do item, conforme tabela de especificação constante no subitem 1.1 do Termo de Referência, Anexo II deste instrumento.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA**

2.1. Os participantes deverão acessar o Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – [Compras.gov.br](http://Compras.gov.br), disponível no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras);

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização;

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste termo e seus anexos;

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

2.2.3.1. pessoa física ou jurídica com sanções que impeçam a participação no certame ou a futura contratação, registradas no SICAF e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis)), Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e Lista de Inabilitados/Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

2.2.3.1.1. aplica-se o disposto no item 2.2.3.1 também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade

jurídica do fornecedor.

2.2.3.2. aquele que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7 de 18/10/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

2.2.3.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.3.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca e o modelo do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento;

3.1.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o fornecedor;

3.1.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.1.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.2. Até a abertura da fase de lances, o fornecedor poderá retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.

3.3. O fornecedor deverá lançar no campo valor unitário o valor global proposto por se tratar de aquisição de todos os itens do grupo;

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do sistema, as seguintes declarações:

3.4.1. a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.4.2. o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

3.4.3. o cumprimento do disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;

3.4.4. a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.4.5. o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o artigo 93 da Lei nº 8.213/1991;

3.4.6. plena responsabilidade pelas transações que foram efetuadas no sistema;

3.4.7. pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação constantes do procedimento.

### **4. FASE DE LANCES**

4.1. A partir das 8h da data estabelecida neste aviso, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste instrumento;

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema;

4.4. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste aviso;

4.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1,0% (um por cento);

4.6. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.7. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;

4.8. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor;

4.9. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação;

4.9.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5. ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA E JULGAMENTO DA PROPOSTA**

5.1. Encerrada a fase de lances, o fornecedor classificado em primeiro lugar será convocado por meio do sistema, para que envie sua proposta conforme modelo constante no **Anexo II - A**, no prazo máximo de 2 (duas) horas contadas da solicitação, juntamente à seguinte documentação:

5.1.1. Catálogo/ ficha técnica/ folder/ fotos que comprovem as características/composições determinadas neste termo;

5.1.2. Cabe ao fornecedor, quando do envio da proposta, indicar o código do material ofertado para que esta referência seja encontrada no catálogo do fabricante que deverá ser anexada a proposta.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas;

5.2.1. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço estimado para a contratação.

5.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

5.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.4.1 conter vícios insanáveis;

5.4.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.4.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.4.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.4.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.5 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do objeto ou da área especializada no objeto.

5.6 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

5.7 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste aviso.

## 6 HABILITAÇÃO

6.4 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do Anexo I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.5 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificada eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.5.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

6.5.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.6 A habilitação do fornecedor será realizada mediante consulta ao SICAF contendo os níveis cadastrados I, II e III válidos.

6.7 Havendo pendência nos níveis do SICAF, a Secretaria de Licitações e Contratos poderá solicitar, para fins de habilitação, cédula de identidade dos dirigentes/sócios, Certidões Negativas perante a Fazenda Federal, o FGTS, o INSS e de Débitos Trabalhistas, os atos constitutivos da empresa, tais como Registro Comercial da Firma, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, Estatuto arquivado na Junta Comercial e última ata de Eleição dos Administradores, registrada na Junta Comercial, Contrato Social e suas alterações, dentre outros.

6.8 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto 8.538/2015;

6.9 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste aviso;

6.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 7 CONTRATAÇÃO

7.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitida a Nota de Empenho.

7.2 As contratações oriundas das dispensas eletrônicas serão formalizadas pela emissão de Nota de Empenho que será comunicada ao adjudicatário, por meio do e-mail cadastrado no módulo de Dispensa Eletrônica do Comprasgov.

7.2 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.2.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.2.3 a contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a

139 da mesma Lei.

## **8 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1 Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.133/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

8.2 Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

8.3 Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- a) Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V, VI, IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021.
- c) Multa de mora de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
- d) Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).
- e) Multa de 20 % (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).
- f) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

- 8.4 Todas as comunicações dos atos administrativos serão realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail cadastrados no SICAF, sendo de responsabilidade do fornecedor o acompanhamento e atualização dos respectivos cadastros;
- 8.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP.
- 8.6 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de contratação direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao TRibunal REgional do Trabalho da 19ª Região.
- 8.7 Os procedimentos instituídos para apuração de responsabilidades referentes à eventuais infrações administrativas observarão as disposições do Ato GP TRT19ª n. 9, de 5 de janeiro de 2023.

## **9 DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 9.1 O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 9.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.2.1 republicar o presente aviso com uma nova data;
  - 9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
    - 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
  - 9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.4 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;
- 9.5 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário;
- 9.6 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento;
- 9.7 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.8 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
- 9.9 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.10 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou

demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12 Integram este aviso de contratação direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1 ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação;

9.12.2 ANEXO II – Termo de Referência e seus anexos (Modelo de Proposta e valor de referência);

9.12.3 ANEXO III – Modelo de Declaração de Inexistência de Nepotismo na forma da Resolução CNJ Nº 07/2005, alterada pela Resolução nº 229/2016;

9.12.4 ANEXO IV – Modelo Declaração que não emprega menor na forma definida no art. 7, inciso XXXIII da CF/88 e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 63, IV da Lei 14.133/21.

**ANEXO I**  
**DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO**

Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação são os que constam dos subitens abaixo e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances, nos termos do art. 20 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de Julho de 2021.

**1. Habilitação jurídica:**

- 1.1 Registro comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- 1.3 Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- 1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- 2.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 2.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**3. Declaração**

- 3.1 Declaração de que não emprega e não empregará cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros, juízes e servidores ocupantes de cargos de direção e assessoramento vinculados ao TRT 19ª Região, na forma da resolução do Conselho Nacional da Justiça nº 09/2005 (modelo anexo III)
- 3.2 Declaração, firmada pela licitante de que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze anos.(modelo anexo IV)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

ANEXO II

**TERMO DE REFERÊNCIA**

FÁBIO TENENBARROS  
23/10/2023 14:11

KAMILA AYOUB SILVA BARRETO  
2023 14:15

MARIA LUIZACANO BARREIROS DE MELLO  
2023 14:18

MARIA LUIZACANO BARREIROS DE MELLO  
2023 14:18

**1- OBJETO**

1.1 - O presente Termo de Referência visa dar início aos procedimentos necessários à contratação de empresa para fornecer ao Tribunal um aparelho celular com sistema IOS.

Item	Quant.	Unid.	Descrição
01	01	Unid	<p>Marca: Apple</p> <p>- Modelo: Iphone 14 Pro Max</p> <p>- Cor: Preto Espacial</p> <p>- Capacidade: 512GB</p> <p><b>Material</b></p> <p>- Parte da frente em Ceramic Shield</p> <p>- Parte de trás em vidro matte texturizado e estrutura de aço inoxidável</p> <p><b>Dimensões</b></p> <p>- Largura: 77,6 mm</p> <p>- Altura: 160,7 mm</p> <p>- Espessura: 7,85 mm</p> <p><b>Tela</b></p> <p>- Super Retina XDR</p> <p>- OLED sem bordas de 6,7 polegadas (na diagonal)</p> <p>- Resolução de 2796 x 1290 pixels a 460 ppp</p>

Item	Quant.	Unid.	Descrição
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dynamic Island</li> <li>- Tela Sempre Ativa</li> <li>- Tecnologia ProMotion com taxas de atualização adaptativas de até 120 Hz</li> <li>- HDR</li> <li>- True Tone</li> <li>- Ampla tonalidade de cores (P3)</li> <li>- Resposta tátil</li> <li>- Proporção de contraste: 2.000.000:1 (típica)</li> <li>- Brilho máx. de 1000 nits (típico); pico de brilho de 1600 nits (HDR); pico de brilho de 2000 nits (ambiente externo)</li> <li>- Revestimento resistente a impressões digitais e oleosidade</li> <li>- Suporte à exibição simultânea de vários idiomas e caracteres</li> </ul> <p><i>* A tela do iPhone 14 tem bordas arredondadas que se ajustam ao design curvo do aparelho dentro da sua forma retangular. Quando medida como um retângulo, a tela tem 6,06 polegadas na diagonal. A área real de visualização é menor.</i></p> <p><b>Resistência a respingos, água e poeira3</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Classificados como IP68 (profundidade máxima de seis metros por até 30 minutos) segundo a norma IEC 60529</li> </ul> <p><b>Chip</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A16 Bionic</li> <li>- CPU de 6 núcleos (2 de desempenho e 4 de eficiência)</li> <li>- GPU de 5 núcleos</li> <li>- Neural Engine de 16 núcleos</li> </ul> <p><b>Câmera</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Grande-angular de 48 MP: 24 mm, abertura f/1.78, estabilização óptica de imagem por deslocamento de sensor de segunda geração, lente de sete elementos, Focus Pixels a 100%</li> <li>- Ultra-angular de 12 MP: 13 mm, abertura f/2.2 e ângulo de visão de 120°, lente de seis elementos, Focus Pixels a 100%</li> </ul>

Item	Quant.	Unid.	Descrição
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Teleobjetiva de 2x de 12 MP (possibilitada pelo sensor quad-pixel): 48 mm, abertura f/1.78, estabilização óptica de imagem por deslocamento de sensor de segunda geração, lente de sete elementos, Focus Pixels a 100%</li> <li>- Teleobjetiva de 3x de 12 MP: 77 mm, abertura f/2.8, estabilização óptica de imagem, lente de seis elementos</li> <li>- Zoom in óptico de 3x, zoom out óptico de 2x; alcance de zoom óptico de 6x; zoom digital até 15x</li> <li>- Lente coberta com cristal de safira</li> <li>- Flash True Tone Adaptativo</li> <li>- Photonic Engine</li> <li>- Deep Fusion</li> <li>- HDR Inteligente 4</li> <li>- Modo Retrato com efeito bokeh avançado e Controle de Profundidade</li> <li>- Iluminação de Retrato com seis efeitos (Luz Natural, Luz de Estúdio, Luz de Contorno, Luz de Palco, Luz de Palco Mono, Luz Brilhante Mono)</li> <li>- Modo Noite</li> <li>- Retratos com modo Noite possibilitados pelo Scanner LiDAR</li> <li>- Panorama (até 63 MP)</li> <li>- Estilos Fotográficos</li> <li>- Fotografia macro</li> <li>- Apple ProRAW</li> <li>- Captura de ampla tonalidade de cores para fotos e Live Photos</li> <li>- Correção de lente (ultra-angular)</li> <li>- Correção avançada de olhos vermelhos</li> <li>- Estabilização automática de imagem</li> <li>- Modo contínuo</li> <li>- Fotos com localização geográfica</li> </ul>

Item	Quant.	Unid.	Descrição
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formatos de imagem capturados: HEIF, JPEG e DNG</li> <li><b>Gravação de vídeo</b></li> <li>- Gravação de vídeo 4K a 24 qps, 25 qps, 30 qps ou 60 qps</li> <li>- Gravação de vídeo HD de 1080p a 25 qps, 30 qps ou 60 qps</li> <li>- Gravação de vídeo HD de 720p a 30 qps</li> <li>- Modo Cinema até 4K HDR a 30 qps</li> <li>- Modo Ação até 2.8K a 60 qps</li> <li>- Gravação de vídeo HDR Dolby Vision até 4K a 60 qps</li> <li>- Gravação de vídeo ProRes até 4K a 30 qps (1080p a 30 qps para o modelo de 128 GB)</li> <li>- Gravação de vídeo macro, inclusive em câmera lenta e time-lapse</li> <li>- Vídeo em câmera lenta de 1080p a 120 qps ou 240 qps</li> <li>- Vídeo em time-lapse com estabilização</li> <li>- Time-lapse com modo Noite</li> <li>- QuickTake de vídeo</li> <li>- Estabilização óptica de imagem por deslocamento de sensor de segunda geração para vídeo (grande-angular)</li> <li>- Dupla estabilização óptica de imagem para vídeo (grande-angular e teleobjetiva)</li> <li>- Zoom in óptico de 3x, zoom out óptico de 2x; alcance de zoom óptico de 6x</li> <li>- Zoom digital até 9x</li> <li>- Zoom de áudio</li> <li>- Flash True Tone</li> <li>- Estabilização cinematográfica de vídeo (4K, 1080p e 720p)</li> <li>- Vídeo com foco automático contínuo</li> <li>- Tira fotos em 8 MP enquanto grava vídeos 4K</li> <li>- Zoom durante a reprodução</li> </ul>

Item	Quant.	Unid.	Descrição
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formatos de gravação de vídeo: HEVC, H.264 e ProRes</li> <li>- Gravação em estéreo</li> <li><b>Câmera TrueDepth</b></li> <li>- Câmera de 12 MP</li> <li>- Abertura f/1.9</li> <li>- Foco automático com Focus Pixels</li> <li>- Lente de seis elementos</li> <li>- Flash Retina</li> <li>- Photonic Engine</li> <li>- Deep Fusion</li> <li>- HDR Inteligente 4</li> <li>- Modo Retrato com efeito bokeh avançado e Controle de Profundidade</li> <li>- Iluminação de Retrato com seis efeitos (Luz Natural, Luz de Estúdio, Luz de Contorno, Luz de Palco, Luz de Palco Mono, Luz Brilhante Mono)</li> <li>- Animoji e Memoji</li> <li>- Modo Noite</li> <li>- Estilos Fotográficos</li> <li>- Apple ProRAW</li> <li>- Captura de ampla tonalidade de cores para fotos e Live Photos</li> <li>- Correção de lente</li> <li>- Estabilização automática de imagem</li> <li>- Modo contínuo</li> <li>- Gravação de vídeo 4K a 24 qps, 25 qps, 30 qps ou 60 qps</li> <li>- Gravação de vídeo HD de 1080p a 25 qps, 30 qps ou 60 qps</li> <li>- Modo Cinema até 4K HDR a 30 qps</li> <li>- Gravação de vídeo HDR Dolby Vision até 4K a 60 qps</li> </ul>

Item	Quant.	Unid.	Descrição
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gravação de vídeo ProRes até 4K a 30 qps (1080p a 30 qps para o modelo de 128 GB)</li> <li>- Vídeo em câmera lenta de 1080p a 120 qps</li> <li>- Vídeo em time-lapse com estabilização</li> <li>- Time-lapse com modo Noite</li> <li>- QuickTake de vídeo</li> <li>- Estabilização cinematográfica de vídeo (4K, 1080p e 720p)</li> </ul> <p><b>Face ID</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecimento facial pela câmera TrueDepth</li> </ul> <p><b>Apple Pay</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Pague com seu iPhone usando o Face ID em lojas, apps e sites</li> <li>- Complete suas compras com o Apple Pay iniciadas no Mac</li> </ul> <p><b>Segurança</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- SOS de Emergência</li> <li>- Detecção de Acidente</li> </ul> <p><b>Rede celular e Conexões sem fio</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 5G (sub-6 GHz) com MIMO 4x4</li> <li>- Gigabit LTE com MIMO 4x4 e LAA4</li> <li>- Wi-Fi 6 (802.11ax) com MIMO 2x2</li> <li>- Bluetooth 5.3</li> <li>- Chip de banda ultralarga para reconhecimento espacial5</li> <li>- NFC com modo leitura</li> <li>- Cartões expressos com reserva de bateria</li> </ul> <p><b>Localização</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- GPS, GLONASS, Galileo, QZSS e BeiDou</li> <li>- Bússola digital</li> </ul>

Item	Quant.	Unid.	Descrição
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Wi-Fi</li> <li>- Rede celular</li> <li>- Microlocalização iBeacon</li> </ul> <p><b>Chamada de vídeo6</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- FaceTime de vídeo via dados celulares ou Wi-Fi</li> <li>- FaceTime HD (1080p) de vídeo via 5G ou Wi-Fi</li> <li>- Compartilhe a experiência de assistir a filmes ou TV, ouvir músicas e usar apps nas chamadas FaceTime com o SharePlay</li> <li>- Compartilhamento de tela</li> <li>- Modo Retrato no FaceTime de vídeo</li> <li>- Áudio Espacial</li> <li>- Modos do microfone: Isolamento de Voz e Espectro Amplo</li> <li>- Zoom óptico na câmera traseira</li> </ul> <p><b>Chamada de áudio6</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- FaceTime de áudio</li> <li>- VoLTE (Voice over LTE)4</li> <li>- Chamadas Wi-Fi4</li> <li>- Compartilhe a experiência de assistir a filmes ou TV, ouvir músicas e usar apps nas chamadas FaceTime com o SharePlay</li> <li>- Compartilhamento de tela</li> <li>- Áudio Espacial</li> <li>- Modos do microfone: Isolamento de Voz e Espectro Amplo</li> </ul> <p><b>Reprodução de áudio</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Formatos compatíveis: AAC, MP3, Apple Lossless, FLAC, Dolby Digital, Dolby Digital Plus e Dolby Atmos</li> <li>- Reprodução de Áudio Espacial</li> <li>- Limite máximo de volume configurável pelo usuário</li> </ul> <p><b>Reprodução de vídeo</b></p>

Item	Quant.	Unid.	Descrição
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formatos compatíveis: HEVC, H.264 e ProRes</li> <li>- HDR com Dolby Vision, HDR10 e HLG</li> <li>- AirPlay para espelhamento e reprodução de fotos e vídeos até 4K HDR na Apple TV (2ª geração ou posterior) ou Smart TV compatível com AirPlay 2</li> <li>- Compatibilidade com espelhamento de vídeo e saída de vídeo de até 1080p via Adaptador de Lightning para AV Digital e Adaptador de Lightning para VGA (vendidos separadamente)</li> </ul> <p><b>Siri</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Use sua voz para enviar mensagens, definir lembretes e muito mais</li> <li>- Ative dizendo "E aí, Siri"</li> <li>- Use sua voz para ativar atalhos com seus apps favoritos</li> </ul> <p><b>Energia e bateria</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Bateria interna recarregável de íon de lítio</li> <li>- Recarga sem fio MagSafe até 15W</li> <li>- Recarga sem fio padrão Qi até 7,5W</li> <li>- Recarga via USB do computador ou adaptador de energia</li> <li>- Compatível com recarga rápida</li> <li>- Recarga de até 50% em aproximadamente 30 minutos com adaptador de energia de 20W ou superior (disponível separadamente)</li> </ul> <p><b>MagSafe</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Recarga sem fio até 15W</li> <li>- Conjunto de ímãs</li> <li>- Ímã de alinhamento</li> <li>- NFC para identificação de acessórios</li> <li>- Magnetômetro</li> </ul> <p><b>Sensores</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Face ID</li> </ul>

Item	Quant.	Unid.	Descrição
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Scanner LiDAR</li> <li>- Barômetro</li> <li>- Giroscópio de alto alcance dinâmico</li> <li>- Acelerômetro de força g de alta intensidade</li> <li>- Sensor de proximidade</li> <li>- Dois sensores de luz ambiente</li> </ul> <p><b>Sistema operacional</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- iOS 16</li> <li>- O iOS é o sistema operacional móvel mais pessoal e seguro do mundo. Ele vem com muitos recursos poderosos e foi criado para proteger sua privacidade.</li> </ul> <p><b>Acessibilidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- VoiceOver</li> <li>- Zoom</li> <li>- Lupa</li> <li>- Siri e Ditado</li> <li>- Digitar para a Siri</li> <li>- Controle Assistivo</li> <li>- Legendas Ocultas</li> <li>- AssistiveTouch</li> <li>- Conteúdo Falado</li> <li>- Toçar Atrás</li> </ul> <p><b>Cartão SIM</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dual SIM (eSIM e nano SIM)<sup>12</sup></li> <li>- Compatível com Dual eSIM<sup>12</sup></li> <li>- O iPhone 14 Pro e o iPhone 14 Pro Max não são compatíveis com os cartões micro SIM existentes.</li> </ul> <p><b>Classificação para aparelhos auditivos</b></p>

Item	Quant.	Unid.	Descrição
			<p>- M3, T4</p> <p><b>Suporte a anexos do Mail</b></p> <p>- Tipos de documento que podem ser visualizados: .jpg, .tiff, .gif(imagens); .doc e .docx (Microsoft Word); .htm e .html (sites); .key (Keynote); .numbers (Numbers); .pages (Pages); .pdf (Pré-Visualização e Adobe Acrobat); .ppt e .pptx (Microsoft PowerPoint); .txt (texto); .rtf (rich text format); .vcf (informações de contatos); .xls e .xlsx (Microsoft Excel); .zip; .ics; .usdz (USDZ Universal)</p> <p><b>Requisitos do sistema</b></p> <p>- ID Apple (necessário para alguns recursos)</p> <p>- Acesso à internet<sup>13</sup></p> <p>- A sincronização com um Mac ou PC requer:</p> <p>- macOS Catalina 10.15 ou posterior usando o Finder</p> <p>- macOS El Capitan 10.11.6 a macOS Mojave 10.14.6 usando o iTunes 12.8 ou posterior</p> <p>- Windows 7 ou posterior usando iTunes 12.10.10 ou posterior</p> <p><b>Requisitos ambientais</b></p> <p>- Temperatura operacional ambiente: 0 °C a 35 °C</p> <p>- Temperatura não operacional: -20 °C a 45 °C</p> <p>- Umidade relativa: 5% a 95%, sem condensação</p> <p>- Altitude operacional: testado até 3.000m</p> <p><b>Idiomas com Suporte</b></p> <p>- Inglês (Austrália, Canadá, Índia, Singapura, Reino Unido, EUA), chinês (simplificado, tradicional, tradicional Hong Kong), francês (Canadá, França), alemão, italiano, japonês, coreano, espanhol (América Latina, México, Espanha), árabe, catalão, croata, tcheco, dinamarquês, holandês, finlandês, grego, hebraico, hindi, húngaro, indonésio, malaio, norueguês, polonês, português (Brasil, Portugal), romeno, russo, eslovaco, sueco, tailandês, turco, ucraniano, vietnamita</p>

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1 DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

**2.2.** O aparelho celular com sistema IOS é uma das principais ferramentas de comunicação da Coordenadoria de Comunicação Social deste Tribunal com o público interno do TRT/AL, pois é por meio dele que a lista de transmissão “De Primeira” é alimentada.

**2.3** Destaca-se que a opção pelo IOS deve-se ao seguinte fato: os links de notícias do site do TRT/AL e de outros sites pelo aplicativo WhatsApp por meio de outros sistemas, a exemplo do Android, não permitem o carregamento da imagem que ilustra a matéria. Essa visualização da imagem só ocorre quando se utiliza o sistema operacional IOS.

**2.4** Assim, a presente demanda tem o objetivo solucionar essa questão técnica, com a utilização do sistema operacional IOS, e administrativa, com o uso de um bem de propriedade do Tribunal para o desempenho de suas tarefas.

**2.5** Ressalta-se também que a alimentação da Lista de Transmissão vem sendo feita por meio de um aparelho iPhone 7, muito antigo e que está travando, na iminência de quebrar em caráter permanente, o que irá paralisar o serviço de emissão de notícias pela referida lista de transmissão.

**2.5.1** A opção por um aparelho com capacidade de 512GB deve-se à necessidade de se otimizar a edição de vídeos para as redes sociais, bem como o uso de aplicativos e a qualidade de vídeos e fotos, além de se garantir um melhor desempenho para o próprio celular e suas câmeras. Uma maior capacidade de armazenamento de vídeos e imagens é de grande importância para a natureza das atividades da CCOM, que necessita cada vez mais de espaço para arquivar seus conteúdos.

**2.6 ENQUADRAMENTO COMO BENS COMUNS:** Trata-se de fornecimento de material cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado.

**2.7 JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO:** O objeto a ser adquirido consiste em um aparelho telefônico de entrega imediata.

**2.8 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:** Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas na Resolução nº. 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que tratam dos critérios de sustentabilidade nas contratações de bens e

serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau, principalmente no que se refere aos aspectos e/ou exigências técnicas desses produtos.

**2.8.1** Conformidade com a norma ABNT NBR 15775:2009.

### **2.9 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ÓRGÃO:**

Esta contratação atende ao disposto no Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 deste Regional, aprovado pela Resolução Administrativa nº 209/2021, observando, especialmente, o previsto no Objetivo Estratégico nº1: Fortalecer as comunicações e parcerias institucionais, bem como o nº 2: Promover o Trabalho decente e a sustentabilidade, estando prevista no **PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**.

## **3. VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO**

**3.1 – A planilha de pesquisa de estimativa do valor médio total da aquisição, no importe de R\$ 9.766,32** (Nove mil setecentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos).

**3.2.** No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos, fretes, seguros e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

**3.3. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS:** Os preços estimados, tanto unitário como global, correspondem aos máximos que este Tribunal se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.

## **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **4.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização do procedimento **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global, nos termos do art. 75, II, da Lei 14.133/2021;

**4.2 HABILITAÇÃO:** Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

#### **4.2.1 Habilitação jurídica:**

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;
- c) Ato constitutivo/contrato social, no caso de sociedades simples, acompanhado de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 4.2.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### 4.3 Declarações

- a) Declaração de que não emprega e não empregará cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros, juízes e servidores ocupantes de cargos de direção e assessoramento vinculados ao TRT 19ª Região, na forma da resolução do Conselho Nacional da Justiça nº 09/2005.
- b) Declaração, firmada pela licitante de que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze anos.
- c) Declaração de que o licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

### 5. DA PROPOSTA

**5.1.** A proposta, de acordo com o modelo do Anexo I deste Termo de referência, deverá ser digitada, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinadas e/ou rubricadas em todas as folhas por quem de direito e deverá conter os seguintes elementos:

- a) indicar CPF ou CNPJ, endereço e telefone de contato;
- b) especificação do item com preço unitário e total expressos em moeda corrente nacional em algarismos e por extenso, relativo ao item cotado já incluso todos os tributos, fretes, seguros e quaisquer outras despesas inerentes ao fornecimento do produto. Em caso de discordância entre o preço unitário e total, prevalecerá o primeiro; ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso, prevalecerá o último;
- c) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos;
- d) declarar expressamente a concordância com as condições constantes no Termo de referência;

**5.2 DA VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação é de **30 (trinta dias)** úteis contados da divulgação da nota de empenho no PNCP.

**5.3 PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:** O material deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

**5.3.1.** O envio da nota de empenho se dará de forma eletrônica, com prazo de 48 horas para confirmação de recebimento do e-mail. Transcorrido o referido prazo, iniciará automaticamente a contagem do prazo estabelecido neste Termo de Referência para a entrega do material.

**5.3.2.** O endereço eletrônico utilizado para o envio da Nota de Empenho será o constante na proposta fornecida pela contratada.

**5.4. LOCAL, HORÁRIO E DIAS DE ENTREGA DO OBJETO:** O material deverá ser entregue sem ônus para o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, na Coordenadoria de Comunicação, localizada na Avenida da Paz, nº 2076, Centro, CEP 57020-440, no horário das 07:45h às 14:30h, de segunda a sexta-feira.

**5.5 DA GARANTIA:** O prazo de garantia do equipamento é de, no mínimo, 90 (dias), consoante o disposto no inciso II, art. 26, da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), a contar do recebimento definitivo do objeto.

#### **6. CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**6.1.** O recebimento provisório será mediante o registro de recebimento do material pela Fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade.

**6.2.** O recebimento definitivo será mediante recibo, em até 5 (cinco) dias corridos após o recebimento provisório e a verificação da perfeita execução das obrigações contratuais, ocasião em que se fará constar o atesto da nota fiscal.

**6.3.** O Recebimento Definitivo do material não exclui a responsabilidade da contratada por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas verificadas posteriormente;

**6.4.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos em até 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

#### **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**7.2.** Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita, através de correio eletrônico) preposto responsável por representar a contratada durante esse período;

**7.3.** Efetuar a entrega do bem em perfeita condição, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações constantes neste termo de referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**7.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**7.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da notificação do contratante, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

**7.6.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

**7.7.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, por fato ou ato da administração ou de terceiros, com a devida comprovação, por documento contemporâneo a sua ocorrência;

**7.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

**7.9.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação.

**7.10.** Aceitar os acréscimos ou supressões julgadas necessárias pelo Contratante, nos limites estabelecidos na Lei nº. 14.133/2021.

**7.11.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

**7.12.** Efetuar o autocadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO–JT), por meio de plataforma para que nela faça a juntada, oportunamente, de todos os documentos, inclusive notas fiscais, para que possa ocorrer o devido processamento da nota de empenho ao correspondente pagamento;

**7.12.1.** Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao sistema do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

## **8. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**8.1.** Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

**8.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de referência e seus anexos;

**8.3.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

**8.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

**8.5.** Rejeitar os produtos que estiverem em desacordo com as especificações previstas neste termo de referência e seus anexos e notificar a contratada;

**8.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

**8.7.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste termo de referência e seus anexos;

**8.8.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**9.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da

contratação, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**10.1.** A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

**10.2.** A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

**10.3.** O material será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável ou fiscal, com verificação posterior da conformidade do material e definitivamente, por servidor ou comissão designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**10.4.** Os Gestores e Fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas no Ato GP TRT19 nº. 103/2022, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

**10.5.** As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à autoridade competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

**10.6.** A gestão e a fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**10.7.** Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o recebimento da Nota fiscal/fatura e o registro do atesto no Portal do SIGEO – JT (Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho) para fins de liquidação e pagamento.

## **11. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO**

**11.1.** Recebida a Nota Fiscal, ocorrerá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual, nos termos do art. 7º, § 2º, da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022.

**11.2.** Para fins de liquidação, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal apresentada contempla os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) Prazo de validade;
- b) Data da emissão;
- c) Dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) Valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

11.4. O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até 5 (cinco) dias úteis após a liquidação da despesa, condicionado apresentação dos seguintes documentos, em vigor:

a) Nota fiscal do produto/serviço/fatura discriminativa, devidamente atestada pela fiscalização no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT) e anexada ao processo;

b) Certidão de FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

c) Certidão Conjunta de Quitação de Tributos Federais e Dívida Ativa da União e INSS, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

d) CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, no que couber.

11.5. A CONTRATADA obriga-se a realizar e manter atualizado o autocadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), nos termos previstos no ATO GP TRT nº 38, de 05 de maio de 2022.

11.6. A empresa deverá anexar no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT) todos os documentos e notas fiscais para que o fiscal do contrato, após a juntada feita pela empresa, realize no sistema o atesto da nota fiscal e, por conseguinte, efetue a sua liquidação.

11.7. A apresentação de Nota Fiscal com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida no subitem anterior, implicará na sua devolução à Empresa Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11.8. A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pela veracidade, conformidade e eventuais correções das informações registradas no referido sistema, assumindo o ônus por quaisquer prejuízos decorrentes de erros ou falhas quanto aos dados e documentos informados, inclusive perante à Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos da Administração Pública.

11.9. O TRT reterá, na fonte, sobre os pagamentos efetuados os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF nº. 1.234, de 11 de janeiro de 2012 ou outra norma vigente à época da ocorrência do pagamento.

11.10. Não haverá retenção acima caso a Contratada seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pela Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123/2006, mediante comprovação da opção ou se encontre em uma das situações elencadas no artigo 3º da IN SRF nº. 1.234/2012 e suas alterações posteriores.

11.11. Considera-se para efeito de pagamento o dia da emissão da Ordem Bancária pelo Sistema Integrado de Administração e Finanças do Governo Federal – SIAFI.

11.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

11.14. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que por ventura não tenha sido acordada no contrato.

11.15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Sendo:

EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela em atraso.  
I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:  
I =  $(TX/100)/365$ . I =  $(6/100)/365$

Em que TX = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

## 12. DO REAJUSTE

12.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

### **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1** Ocorrendo alguma das hipóteses elencadas no art. 155 da Lei 14.333/2021, fica o licitante infrator sujeito à aplicação das seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

**13.2** Para a aplicação das sanções, serão observadas as normas contidas nos artigos 156 a 163 da Lei 14.133/2021, assegurado ao licitante infrator o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**13.3** Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao fornecedor, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal as seguintes sanções:

- a) Advertência, pelo cometimento da infração tipificada no art. 155, I da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado dos itens prejudicados em caso do cometimento das infrações tipificadas nos incisos IV, V e VI e , IX, X, XI e XII do art. 155 Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave
- c) Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
- d) Multa de 10% dez por cento sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato).
- e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).
- f) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos II, III, IV, V e VI, do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos de infração tipificada nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021 bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.4 Os procedimentos instituídos para apuração de responsabilidades referentes à eventuais infrações administrativas observarão as disposições do Ato GP TRT19ª n. 9, de 5 de janeiro de 2023.

#### **14. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Lei nº 13.709/2018 - LGPD**

**14.1** Em observação às determinações constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD), o CONTRATANTE e a

CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do objeto do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- c. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria aquisição de bens, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

15. São anexos a este TR:

ANEXO I – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO II – VALOR DE REFERÊNCIA (Planilha conclusiva do Termo de Referência)

Maceió (AL), 23 de outubro de 2023.

Equipe de Planejamento.

Maria Luiza Caltabiano Barreiros de Mello  
Coordenadora de Comunicação

Fábio Tenório Barros  
Assistente-Chefe do Setor de  
Jornalismo

Kamilla Ayssa Silva Barreto Ferraz  
Técnica Judiciária





abertura das propostas.

**d)** que estamos de acordo com a utilização dos dados bancários supra informados para fins de pagamento, nos termos do art. 7º, I da Lei 13.709/2018

Local, ..... de..... de 2022.

.....  
Representante Legal da Empresa



**ANEXO II-B**  
**PLANILHA DE PREÇOS**

Anexo II												
FORMULÁRIO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA LICITAÇÕES (Planilha de Preços)												
ATENÇÃO! Para o correto funcionamento da planilha preencha apenas os campos na COR AMARELA												
Objeto: Contratação de empresa especializada em fornecimento aparelho telefônico com sistema IOS. Número do Processo: 6550/2023												
Setor: CCOM Resp.: Fábio Tenório Barros												
Nº Item	Descrição	Quant	Unid	Empresa (Doc. 08)	Valor Unit (R\$)	Empresa (Doc. 09)	Valor Unit (R\$)	Empresa (Doc. 07)	Valor Unit (R\$)	Metodologia de Cálculo	Valor unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	iPhone 14 Pro Max	01	Unid	Casas Bahia CNPJ: 59.291.534-0001-67	9.999,99	Kabum CNPJ: 05.570.714/0001-59	9.999,99	Amazon CNPJ: 15.436.940/0001-03	9.299,00	Média Aritmética	9.766,32	9.766,32
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)												9.766,32
DATA DO ORÇAMENTO ESTIMADO												23/10/2023



**ANEXO III**

**Declaração de Inexistência de Nepotismo na forma da Resolução CNJ Nº 07/2005,  
alterada pela Resolução nº 229/2016;**

\_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ nº \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal  
o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_  
, DECLARA, para fins Resolução nº 07/2005  
do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que não possui sócios cônjuge, companheiro ou  
parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive, de membros  
ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento,  
vinculados ao TRT19ª.

\*Os dados pessoais informados serão utilizados apenas para verificação da relação de  
parentesco exigida pela Resolução CNJ Nº 07/2005, observados os termos do art. 7, II da Lei  
13.709/2018.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Representante legal



ANEXO IV

**Declaração que não emprega menor na forma definida no art. 7, inciso XXXIII da CF/88 e que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 63,IV da 14.133/21.**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Ademais, declara ainda que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos previstos em lei e em outras normas específicas.

\* Os dados pessoais informados serão utilizados nos termos do art. 7, II da Lei 13.709/2018.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Representante legal